

CAMPEÃO MUNDIAL DA PAZ

Roberto Rodrigues*

Um dos mais complexos desafios da Humanidade no século XXI será compatibilizar a oferta de alimentos de qualidade a uma população crescente e mais longa, com a preservação dos recursos naturais para as gerações futuras. E sem segurança alimentar não haverá Paz no mundo.

Com esta preocupação, a OCDE - Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico - e o USDA - Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, em diferentes estudos concluíram que será necessário produzir mais 20% de alimentos em 10 anos para não faltar comida para ninguém; e que, para isso acontecer, o Brasil terá que aumentar a sua oferta em 40%, o dobro do aumento global. Isso por 3 condições peculiares: temos a melhor tecnologia tropical e sustentável do planeta, temos terra disponível para crescer e sobretudo gente competente em todos os elos das diferentes cadeias produtivas.

Quanto à tecnologia: do Plano Collor (março de 1990) até agora, a área plantada com grãos no país aumentou 62% e a produção cresceu 302%! Saímos de 58 milhões de toneladas para 235 milhões. Hoje são cultivados 61 milhões de hectares com grãos em todo o país. Se tivéssemos a mesma produtividade por hectare do Plano Collor, seria necessário desmatar e plantar outros 91 milhões de hectares para colher a safra deste ano. Não foi preciso desmatar essa área, o que mostra como é sustentável a tecnologia aqui gerada e praticada. No período, a produção de carne de frangos cresceu 462%, a de suínos 255% e até a carne bovina, com ciclo mais longo, aumentou 90%. Com isso, a participação da cesta básica no orçamento das famílias brasileiras caiu de 55% para 15% em 50 anos, liberando recursos para outros gastos.

E novas tecnologias sustentáveis vem chegando: plantio direto, integração lavoura/pecuária/floresta, restauração de pastagens degradadas, fixação biológica de nitrogênio ao solo, e toda a conectividade com TI, internet das coisas, sempre com o objetivo de promover o que há de mais moderno no mundo rural: Sistemas Integrados de Produção. Nanopartículas espalhadas pelo campo informarão a temperatura e a umidade do ar e do solo e a velocidade do vento, indicando a melhor hora para combater pragas e doenças. Máquinas "conversarão" entre si, sem operadores, drones sobrevoarão áreas cultivadas e mostrarão com precisão onde deve haver a intervenção do gestor. Já sabemos em tempo real os preços agrícolas e de insumos, o que indica o que e quanto plantar. Startups desenvolvem sofisticados modelos de gestão de custos, de risco, de recursos humanos, fiscal e ambiental.

Com a agroenergia, o etanol emite apenas 11% do CO₂ emitido pela gasolina, e junto com biodiesel e bioeletricidade economizarão bilhões de dólares na importação de petróleo e derivados, ajudando o Brasil a atingir as metas assumidas na COP 21, em Paris, de reduzir em 43% as emissões de gases de efeito estufa até 2030 com base em 2005.

Quanto à área plantada: segundo a Embrapa, dos 850 milhões de hectares do nosso território, só 9% estão ocupadas com todas as culturas do agro, inclusive florestas plantadas. Outros 21,2% estão com pastagens plantadas ou nativas.

Juntando tudo (pastagens nativas, plantadas e áreas agricultadas) temos apenas 30,2% de nosso território ocupado com TODAS as nossas atividades agro-silvo-pastoris. E 66,3% do território ainda estão ocupados com vegetação nativa. Nenhum país agrícola importante do mundo tem esta configuração. Com a legislação vigente (Código Florestal e suas áreas de preservação permanente e reserva legal, terras para índios e quilombolas, parques e unidades de conservação), o desmatamento legal permitirá abrir apenas mais uns 5 milhões de hectares para agricultura. Mas a melhoria da exploração pecuária produzirá mais carnes e leite em menos pastos, e cerca de 10 milhões de hectares destes poderão ser transformados em agricultura. Com isso será possível ao Brasil oferecer ao mundo mais 40% de alimentos exportáveis em 10 anos.

Precisamos de gente para tal, e há uma brilhante geração de jovens se formando em Faculdades de Ciências Agrárias e em escolas de nível médio em todo o país, e que estão trabalhando em fazendas, cooperativas e associações rurais, na pesquisa, no ensino e na assistência técnica pública e privada, nas empresas de insumos e de serviços, na indústria de equipamentos e na de alimentos.

Tudo isso, que já temos, é necessário para atender à demanda global de alimentos no prazo já referido, mas não é suficiente, em absoluto.

Para atingir tal objetivo, será preciso uma estratégia que demandará o compromisso de todos os brasileiros e não apenas dos agricultores. Para evoluir no campo, o produtor depende da pesquisa feita em organizações científicas ou universidades, que são urbanas; fertilizantes e defensivos são produzidos em indústrias urbanas, assim como máquinas, equipamentos e veículos; serviços de assistência técnica, de crédito e de seguro são fornecidos por bancos ou empresas urbanas. As construtoras de estradas, ferrovias e portos, e a indústria de alimentos são urbanas, assim como a de embalagens, os supermercados e as tradings. Em resumo, todo cidadão brasileiro tem compromisso direto ou indireto com a campo: quando não contribui com a produção, responde pelo consumo. Precisamos entender isso. E mais: os governos dos países desenvolvidos protegem seus produtores com o objetivo de abastecer o consumidor urbano, porque ele é muito mais numeroso e a estabilidade política e social depende disso. E seus consumidores urbanos apoiam políticas de sustentação da renda rural porque ficam tranquilos quanto ao seu abastecimento. A Política Agrícola Comum, super protecionista, foi uma decisão dos governos europeus de buscar a autossuficiência alimentar em consequência da fome experimentada na segunda guerra mundial. Urbano e rural são irmãos siameses.

Para a estratégia necessária buscaremos mais investimentos em ciência e tecnologia. Precisaremos de segurança jurídica que garanta parcerias-público-privadas para investir em ferrovias, rodovias, hidrovias, portos e armazéns que eliminem os gargalos da infraestrutura e logística inibidores da nossa competitividade; de uma política comercial que traga acordos bilaterais com grandes países consumidores, reduzindo a escalada tarifária e permitindo agregação de valor; de uma política de renda que priorize o seguro rural e a modernização e desburocratização do crédito, porque assim bancos privados terão interesse em financiar o agro; de uma defesa sanitária que elimine episódios

como a Carne Fraca; de estímulos a programas que acabem com desmatamento ilegal, como o Pagamento por Serviços Ambientais previsto no Código Florestal; de implementação do RenovaBio, que dá previsibilidade a investimentos em agroenergia; de apoio ao cooperativismo e ao associativismo, que dão a escala essencial para a sobrevivência e crescimento do pequeno; de regularização fundiária que permita ao produtor assentado em programas sociais as garantias para oferecer aos agentes financeiros. E sobretudo, atenção para com a sustentabilidade, fator prioritário para a competitividade internacional de qualquer produto. E tudo isso é factível.

E mais: além do Ministério da Agricultura, devem se envolver nesta estratégia os Ministérios da Fazenda, do Planejamento, das Relações Exteriores, da Indústria e Comércio, do Meio Ambiente, do Trabalho, das Minas e Energia, da Saúde, dos Transportes. Empresas e agências oficiais devem se somar à Embrapa, à CONAB e ao Inmet com o mesmo fim: Incra, Anvisa, Funai, Ibama, ANA, ANTAC, ANTT, Petrobras, Eletrobrás. O Legislativo também trabalhará na modernização de leis obsoletas e promoverá as reformas essenciais, como a previdenciária, a tributária e a política.

Com uma estratégia assim concebida e bem comunicada com a sociedade, seremos imbatíveis na tarefa de alimentar o mundo, e traremos empregos, renda e riqueza para todos os brasileiros. E então valerá a pena levantar a Taça de Campeão Mundial da Paz.

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, Embaixador Especial da FAO para as Cooperativas e Presidente do LIDE Agronegócio.**